



AZ@BXL

Número: 302 Data: 2024.02.09

No título: [Entre Montes PRC08FAI](#)

Nota: *A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A décima quinta edição calcorreia o trilho “Entre Montes PRC08FAI”. Este trilho circular está inserido na Área de Paisagem Protegida do Monte da Guia e começa e termina no parque de estacionamento junto à Praia do Porto Pim, na ilha do Faial. Desenrola-se entre o Monte da Guia e o Monte Queimado, locais de grande importância histórica faialense, passando também por alguns miradouros.*

*Durante as estações da primavera e do verão, é possível observar algumas espécies da avifauna marinha dos Açores, como o cagarro (*Calonectris borealis*) e o garajau-comum (*Sterna hirundo*), pois é nesta época que estas aves migram para este Arquipélago a fim de nidificarem. Ao longo do percurso a paisagem envolvente é dominada por urze (*Erica azorica*), faia-da-terra (*Morella faya*), brasel-da-rocha (*Festuca petraea*) e junco-agudo (*Juncus acutus*).*

Comece o percurso junto ao parque de estacionamento da Praia do Porto Pim. Passe pelo Observatório do Mar dos Açores e, com as instalações à sua direita, siga o caminho de calçada até encontrar escadas à esquerda que o vão guiar até ao Miradouro da Lira. Deste ponto, consegue ver a baía e o Forte de São Sebastião na margem oposta. Por todo o percurso existem algumas fortificações de proteção marítima dos séculos XVI e XVII, pelo que o local foi batizado como Porto Pim, palavra de origem flamenga que significa Porto Seguro. Do Miradouro da Lira suba até à estrada onde deverá seguir para a direita, contornando a Ermida de Nossa Senhora da Guia. Continue para sul com as Caldeirinhas (crateras do vulcão submarino do Monte da Guia) à sua esquerda, até o percurso virar para norte com vista para a praia. Passe pelo Aquário do Porto Pim, local de exibição das espécies mais comuns do mar dos Açores, e seguidamente pela Casa dos Dabney, outrora pertencente à família Dabney que habitou no Faial entre 1806 e 1894, deixando um imenso património edificado, recuperado pelo Governo dos Açores. Siga depois à esquerda, atravessando a praia e, no final desta, siga à direita pela Rua da Rosa. Sensivelmente no topo da rua irá encontrar sinalética à direita que o levará ao cume do Monte Queimado, um vulcão de génese terrestre. Antes de chegar ao topo aproveite para descansar e apreciar a vista sobre a marina da Horta. O trilho continua até ao parque de estacionamento, local onde teve início.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaque



[Webinar Carreiras nas Instituições Europeias](#)

[Mecanismo de apoio à Ucrânia: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre novo mecanismo de apoio à Ucrânia](#)

[Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa: acordo para impulsionar os investimentos em tecnologias críticas](#)

[Violência contra as mulheres: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo](#)

[Mercúrio: acordo entre PE e Conselho para eliminar gradualmente a utilização de amálgamas dentárias](#)

[Comunicação da Comissão Europeia sobre a meta climática para 2040](#)

[Natura 2000: Comissão decide instaurar uma nova ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia](#)

[Novo guia interativo que identifica todas as oportunidades de financiamento disponíveis a nível da UE para as zonas rurais](#)

[Resíduos urbanos: redução de 19 kg por pessoa em 2022](#)



11 e 12 de fevereiro



Reunião informal dos ministros do Desenvolvimento

As reuniões oficiais do Conselho são organizadas pelo Conselho da UE e dirigidas pela Presidência do Conselho. No entanto, cada Presidência do Conselho organiza também reuniões informais de ministros para debater iniciativas relacionadas com um determinado tema ou formação do Conselho. Mais informações sobre a ordem do dia e os resultados desta reunião estão disponíveis no [sítio Web](#) da Presidência.

Até 12 de fevereiro



Candidaturas ao Doutoramento em Literaturas e Culturas Insulares

Decorrem até 12 de fevereiro as candidaturas ao Doutoramento em Literaturas e Culturas Insulares. Trata-se de um curso sem componente curricular, que pode ser feito à distância, e interuniversitário, oferecido em colaboração com a Universidade da Madeira, a Universidade da Córsega e o INALCO-Paris Sorbonne. Para além da literatura e da cultura produzidas nos Açores e na sua diáspora, os projetos podem ainda incidir sobre outras culturas insulares, eventualmente num âmbito comparativo, bem como sobre obras de autores e artistas continentais que abordem realidades insulares. O curso garante a progressão na carreira da Administração Pública para os Técnicos Superiores e para docentes dos grupos de recrutamento 200, 210, 220, 300, 310, 320, 330, 340, 350. Mais informações: <https://estudar.uac.pt/>.

13 e 14 de fevereiro



Simpósio "Traçar o rumo para uma economia azul sustentável"

O primeiro [Simpósio da Parceria para a Economia Azul Sustentável](#), que terá lugar de 13 a 14 de fevereiro de 2024 nos Museus Reais de Belas Artes da Bélgica, reunirá líderes, peritos e profissionais num evento europeu de grande escala para promover a

transformação para uma economia azul sustentável. Apesar das inscrições estarem fechadas, poderá ser utilizada a seguinte [ligação](#) para a lista de espera.

14 de fevereiro



11 milhões de euros para apoiar os órgãos de comunicação social independentes

A Comissão publicou um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do programa [Europa Criativa](#). Este convite, intitulado "Parcerias Jornalísticas", atribuirá um total de 11 milhões de euros a duas ações distintas: por um lado, o financiamento de [colaborações transfronteiras](#) entre meios de comunicação social e, por outro, a [criação de programas de subvenções](#) para meios de comunicação social que contribuam diretamente para a vida democrática.

O prazo para apresentação de candidaturas é 14 de fevereiro de 2024, devendo os projetos ter início no final de 2024. Os candidatos podem candidatar-se a uma ou outra ação, ou a ambas. Os meios de comunicação selecionados manterão plena liberdade editorial. Será realizada uma [sessão de informação](#) a 6 de dezembro e uma panorâmica do apoio da UE ao setor dos meios de comunicação social está disponível aqui.

15 de fevereiro



Consulta Pública referente ao Instrumento de Apoio Temporário para Atenuar os Riscos de Desemprego numa Situação de Emergência (SURE) – avaliação

O programa SURE foi criado em maio de 2020 para ajudar os Estados-Membros que precisavam de mobilizar meios financeiros significativos para fazer frente às consequências económicas e sociais adversas da pandemia de COVID-19 no seu território. O programa, que vigorou até dezembro de 2022, prestou assistência financeira sob a forma de empréstimos da UE aos Estados-Membros afetados para proteger o emprego e reduzir a diminuição de rendimentos. Esta iniciativa visa determinar se os resultados do SURE foram os previstos. Comentários [aqui](#).



A Europa na Escola: inscrições abertas para formação de professores

Estão abertas, **até 15 de fevereiro**, as inscrições para a 5ª edição da Ação de Curta Duração "A Europa na Escola – Formação para Professores". A ação decorre à distância (de forma síncrona) e tem como objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia e capacitar os professores dos diferentes níveis de escolaridade (1º CEB, 2º CEB, 3º CEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional) para o desenvolvimento de atividades de educação sobre a União Europeia, envolvendo os alunos nos diversos domínios da [Educação para a Cidadania](#).

A formação, que decorrerá à distância via Zoom, terá uma **duração total de seis horas** repartidas por **dois dias**, tem um caráter tutorial e visa apoiar os docentes na utilização de guias, um para cada nível de ensino, criados com base em recursos e ferramentas sobre a União Europeia, como o [Espaço de Aprendizagem](#). Os professores candidatos poderão escolher entre as cinco ações disponíveis programadas para os meses de março e abril de 2024, em horário pós-laboral (ver cronogramas infra).

O projeto "A Europa na Escola – Formação para Professores" é uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a Direção-Geral da Educação e o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que tem por objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia junto da comunidade educativa em todos os níveis de ensino e contribuir para a formação e valorização de uma cidadania democrática e participativa. Mais informações na [página da Direção-Geral da Educação](#) que remete para o Portal de Gestão da Formação, onde os docentes – depois de devidamente registados – podem efetuar a inscrição nas sessões disponíveis.

Até 16 de fevereiro



Candidaturas aos cursos à distância promovidos pelo Instituto Camões

Decorre, até 16 de fevereiro, o período de candidaturas para cursos à distância do Instituto Camões para o 2.º semestre de 2023/2024. Entre a oferta contam-se: Cursos de Português para Estrangeiros (nível A1 ao C1); Cursos de Português para Fins Específicos (Negócios, Jurídico, Hotelaria, Fins Médicos); Formação de Professores; Cultura; Tradução e Interpretação; Cooperação para o Desenvolvimento. Os docentes da rede de Ensino Português no Estrangeiro e Agentes de Cooperação do Instituto Camões, beneficiam de redução em propina de cursos. Saiba mais informações [aqui](#).

19 e 20 de fevereiro



Perspetivas de investigação sobre os impactos das alterações climáticas na saúde

A intensificação das alterações climáticas é um desafio existencial global que introduziu pressões sem precedentes no planeta, as quais já se estão a traduzir em consequências significativas para a saúde humana. A investigação e a inovação (I&I) são fundamentais para fornecer provas e ferramentas que permitam compreender, prevenir e reduzir os impactos na saúde destas ameaças que se desenrolam rapidamente. No entanto, existem numerosas lacunas de conhecimento que precisam de ser colmatadas e oportunidades de inovação que continuam por explorar.

Existe também uma dinâmica e um interesse crescentes a nível mundial para aumentar a coordenação com vista a uma agenda de investigação orientada para o futuro no domínio das alterações climáticas e da saúde, capaz de fornecer provas sólidas para as ações e políticas de adaptação e atenuação necessárias. Esta conferência de alto nível reunirá investigadores, decisores políticos e partes interessadas relevantes para refletir sobre as necessidades de investigação no domínio das alterações climáticas e da saúde humana. Inscrições [aqui](#).

21 fevereiro



Webinário sobre Carreiras nas Instituições Europeias

Nesta sessão serão [abordados](#) os procedimentos para os novos concursos para início de carreira nas Instituições Europeias. Os concursos serão transversais a diversas áreas e não há limite de idade. Dirigido a titulares de Diploma com ou sem experiência profissional, ou a terminar o curso e que queira entrar nas instituições. As inscrições são gratuitas, mas obrigatórias. Os interessados podem inscrever-se em: <https://forms.gle/CddQAbTAF8CprGss5>. A ligação Zoom será enviada aos inscritos na sessão. Uma organização dos gabinetes EUROPE DIRECT Alto Alentejo, Alentejo Central e Litoral; Baixo Alentejo; Algarve e Centro de Documentação Europeia de Évora, em parceria com o EPSO - Serviço Europeu de Seleção do Pessoal.

Até 22 de fevereiro



Candidaturas ao Horizonte Europa: Agregado 6 - "Alimentação, bioeconomia, recursos naturais, agricultura e ambiente"

O prazo de candidaturas ao Agregado 6 "Alimentação, bioeconomia, recursos naturais, agricultura e ambiente" do programa Horizonte Europa encerra no dia 22 de fevereiro. Todas as informações respeitantes ao processo de candidatura, assim como de todas as restantes informações relevantes podem ser consultadas [aqui](#).



Futuro da integração dos migrantes

Este evento é organizado pela Agência de Execução para a Investigação da Comissão Europeia, REA, e pelo projeto *easyRights* do Horizonte 2020, no dia 22 de fevereiro, das 11:00 às 13:00, no Centro de Conferências Albert Borschette, em Bruxelas. O evento será seguido de um almoço. Inscrições [aqui](#).



Semana Europeia das Regiões e dos Municípios - reunião de lançamento

A [reunião de lançamento](#) terá lugar no dia 22 de fevereiro, das 10:00 às 11:30 CET, e os organizadores da *EURegionsWeek* apresentarão a edição deste ano e as novidades. O arranque terá lugar no Comité das Regiões Europeu, Edifício Jacques Delors (Rue Belliard 101,1040 Bruxelas). A reunião poderá ser acompanhada [em linha](#).

29 de fevereiro



Nova ferramenta de aconselhamento para as Regiões Ultraperiféricas da UE

A ferramenta de aconselhamento para as regiões ultraperiféricas da UE foi criada pela Comissão Europeia para prestar serviços de aconselhamento a pedido e adaptados às partes interessadas nestas regiões. Esta ferramenta pode apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento regional e a aproveitar as oportunidades dos instrumentos, fundos e programas da UE, nacionais e internacionais. Para mais informações sobre o tipo de serviços propostos, consulte o [catálogo de serviços](#) no sítio em linha da ferramenta de aconselhamento.

Pode solicitar serviços ao abrigo da ferramenta de aconselhamento se for uma organização pública ou privada localizada numa das nove regiões ultraperiféricas da UE (Maiote, Guiana Francesa, Martinica, São Martinho, Guadalupe, Reunião, Açores, Madeira e Canárias). O convite à manifestação de interesse, o formulário de candidatura e outros documentos de apoio para os candidatos podem ser consultados aqui: [ligação](#). O formulário de candidatura preenchido e qualquer questão relacionada com

o convite devem ser enviados para o seguinte endereço de correio eletrónico: advisory-tool-eu-outermost-regions@ecorys.com. O prazo foi prorrogado e o **convite estará aberto até 29 fevereiro de 2024**. A avaliação das candidaturas será efetuada numa base contínua. Para mais informações sobre a ferramenta de aconselhamento, consulte: [link](#)

5 de março



Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas até 2030" Fórum anual: rumo a 2030

O segundo [Fórum Anual da Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas"](#) terá lugar em 5 de março de 2024, em Bruxelas, e terá por objetivo fazer o balanço dos progressos e das principais realizações da Missão, mobilizar os intervenientes relevantes em torno dos principais resultados da Missão e preparar o terreno para a próxima fase da Missão, passando da demonstração à execução.

7 de março



Nova convocatória para candidaturas ao financiamento de 39,7 milhões de euros para apoio a redes europeias de organizações culturais e criativas

Uma nova convocatória para apresentação de candidaturas a [projetos para as Redes europeias de Organizações Culturais e Criativas](#) ao abrigo do quadro do programa Europa Criativa está [aberta](#) desde 23 de novembro deste ano e até 7 de março de 2024, mais informações poderão ser consultadas [aqui](#). Com um orçamento de mais de 39,7 milhões de euros para o período 2024-2027, este anúncio prevê o apoio às redes de organizações membros de vários países que compartilham uma missão, regras de governo, direitos e obrigações comuns. Essas redes agrupam organismos ativos em setores mais importantes, como a arquitetura, o património cultural, a música, ou as artes do espetáculo.



Oportunidades de financiamento para promover e proteger os valores da União Europeia

Estão abertas, até 7 de março, as candidaturas para um [convite à apresentação de propostas](#) no âmbito do programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CIDV) destinado a organizações da sociedade ativas na proteção e promoção dos valores da UE. Os documentos relacionados com o convite, as orientações e outras instruções estão disponíveis na [página do convite à apresentação de propostas](#) no portal de oportunidades de financiamento e concursos da Comissão Europeia.

8 de março



Comissão consulta partes interessadas sobre a avaliação da diretiva relativa aos nitratos

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para obter contributos de várias partes interessadas, incluindo agricultores, indústrias, ONG e cidadãos, sobre a avaliação da Diretiva Nitratos, que decorrerá até 8 de março de 2024. A avaliação [visa](#) determinar se a diretiva continua a ser eficaz na promoção de uma agricultura sustentável, na adaptação à evolução das condições ambientais e no apoio a novas práticas agrícolas. Explorará também oportunidades de simplificação, redução de custos e coerência com outra legislação, tendo simultaneamente em conta os contributos para os objetivos globais em matéria de biodiversidade.



Bem-estar dos animais – proteção dos animais durante o transporte

Com base em novos dados científicos, as regras da UE em matéria de bem-estar dos animais durante o transporte serão substituídas por um novo regulamento para melhorar o bem-estar dos animais e garantir uma concorrência leal para as empresas. As novas medidas visarão, em especial, os seguintes aspetos: aptidão para o transporte; intervalos para abeberamento e alimentação; tempo de viagem e períodos de repouso; espaço disponível; meios de transporte; condições de transporte; exportações para países terceiros. O regulamento simplificará as regras atuais e contribuirá para um sistema alimentar sustentável. Os comentários sobre a proposta de regulamento podem ser carregados [aqui](#) até ao dia 8 de março.



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão (ações 63 e 64): A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais. Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger

os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. Os comentários relativos à nova proposta de regulamento podem ser carregados [aqui](#).



Viagens organizadas — reexame das regras da UE

Tal como anunciado na sua Nova Agenda do Consumidor, de novembro de 2020, e com base no relatório de 2021 sobre a Diretiva Viagens Organizadas, a Comissão realizará, até 2022, uma análise mais aprofundada para determinar se as atuais regras da UE garantem uma proteção dos consumidores sólida e abrangente em todas as circunstâncias. A análise abrangerá as regras que regem a proteção em caso de insolvência e terá em conta as ações pertinentes anunciadas na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente para proteger os direitos dos passageiros. Comentários [aqui](#).



Proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola — avaliação

As regras da UE sobre nitratos protegem a qualidade da água, reduzindo e prevenindo a poluição por nitratos de origem agrícola. A qualidade da água melhorou na UE, mas a poluição por nitratos pode ainda constituir um problema grave. Esta avaliação determinará em que medida estas regras deram bons resultados e se continuam a ser adequadas à sua finalidade, à luz da ambição da UE em matéria de política ambiental e climática, e dos seus objetivos de alcançar uma agricultura sustentável e resiliente e a segurança alimentar. O período de consulta pública encerra a 8 de março, sendo que os contributos podem ser partilhados nesta [ligação](#).

18 e 19 de março



Comité das Regiões Europeu

10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

Presidentes de câmara, vereadores, ministros regionais e decisores europeus e mundiais reunir-se-ão em Mons, na Região da Valónia, na Bélgica, para debater os desafios e as soluções para o futuro da Europa e não só. Organizada pelo Comité das Regiões Europeu, em conjunto com a Região da Valónia e a Presidência belga do Conselho da União Europeia, a [10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#) proporcionará uma nova perspetiva sobre temas que estão no centro das preocupações dos cidadãos, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia e o seu alargamento, a necessidade de assegurar a coesão social, económica e territorial e a resposta às consequências da guerra contra a Ucrânia. Inscrição [aqui](#).

20 e 21 de março



Jornadas Europeias da Investigação e Inovação (“I&I Days”) 2024

O evento anual emblemático de investigação e inovação da Comissão Europeia reúne decisores políticos, investigadores, empresários e o público em geral para debater e moldar o futuro da investigação e da inovação na Europa. Esta [quinta edição](#) terá lugar de 20 a 21 de março de 2024, tanto fisicamente em Bruxelas como em linha, permitindo que todos participem a partir de qualquer lugar.

Até 26 de março



Programa Europa Digital disponibiliza 84 milhões de euros para reforçar a IA e a cibersegurança

A Comissão Europeia [publicou](#) uma série de novos convites à apresentação de propostas para o Programa Europa Digital. Está disponível um orçamento específico de 84 milhões de euros para atividades de apoio aos Centros de Operações de Segurança com novas aplicações de IA e outras tecnologias facilitadoras, para a aplicação da legislação da UE em matéria de cibersegurança, como o Regulamento CiberResiliência, bem como para a transição europeia para a criptografia pós-quântica. A data-limite para a apresentação de candidaturas é 26 de março de 2024 às 17:00 CET.



Fórum sobre o Futuro da Agricultura

A Conferência Anual do [Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar na terça-feira, 26 de março de 2024, e consistirá em painéis de discussão e diálogos moderados, intervenções interativas, oportunidades de criação de redes e exposições, em direto em Bruxelas e em linha. Serão debatidos os desafios que se colocam ao sistema alimentar e ao ambiente. Inscrições [aqui](#).

2 a 5 de abril



Connecting Europe Days 2024

O evento "[Connecting Europe Days](#)" reunirá políticos, instituições financeiras, representantes da indústria, partes interessadas do setor dos transportes e a Comissão Europeia para debater medidas concretas e trocar boas práticas sobre a criação de uma rede de transportes e mobilidade totalmente descarbonizada, resiliente, sem descontinuidades e digital na Europa. Será feito o balanço dos ambiciosos objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente.

Até 16 de abril



5 milhões de euros para apoiar traduções literárias e promoção de livros no âmbito do novo convite à apresentação de propostas do programa Europa Criativa

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de propostas 2024 para a circulação de obras literárias europeias](#) no âmbito do programa Europa Criativa. Apoiada por um orçamento de 5 milhões de euros, esta iniciativa visa facilitar a tradução, publicação, distribuição e promoção de várias formas de obras europeias de ficção, incluindo romances, poesia e banda desenhada, através de aproximadamente 40 projetos. As entidades elegíveis, quer se candidatem individualmente ou como parte de um consórcio, são convidadas a desenvolver estratégias editoriais e promocionais abrangentes para projetos que envolvam pelo menos cinco obras de ficção elegíveis traduzidas de e para línguas elegíveis. A dimensão dos projetos apoiados varia entre projetos de pequena escala (até 10 livros, 100 mil euros), projetos de média escala (até 20 livros, 200 mil euros) e projetos de grande escala (pelo menos 21 livros, 300 mil euros). Os projetos devem respeitar as condições gerais de elegibilidade e incluir um mínimo de cinco traduções. O prazo para apresentação de candidaturas é 16 de abril de 2024. Para informações pormenorizadas e procedimentos de candidatura, visite a [página](#) do convite no Portal de Financiamento e Concursos da UE.

Até 30 de abril



Concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um **convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade** se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#).

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da "EURegionsWeek"? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais. Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Registada a iniciativa de cidadania europeia intitulada «Iniciativa de cidadania europeia em defesa da agricultura e da economia rural na Europa»

A Comissão Europeia, através duma [Decisão de Execução](#), registou a iniciativa de cidadania europeia intitulada «Iniciativa de cidadania europeia em defesa da agricultura e da economia rural na Europa». A iniciativa, conforme descrita pelos organizadores, compreende três objetivos: no âmbito do primeiro objetivo, «Proteger a agricultura europeia e a economia rural através de um quadro regulamentar integral», os organizadores apelam a um «novo quadro legislativo protetor» que abranja o seguinte: «utilização prioritária das terras agrícolas para a produção alimentar»; garantir a «soberania e segurança alimentares»; «abordar questões relativas à cadeia alimentar e aos preços elevados»; assegurar o «acesso dos agricultores e das comunidades rurais a infraestruturas e transportes, financiamento, digitalização, trabalho, empreendedorismo e educação». O segundo objetivo, «Melhoria da gestão da água para apoiar a segurança alimentar e estabelecer um Plano Hidrológico Europeu», preconiza a adoção de um «Plano Hidrológico Europeu que garanta o aprovisionamento e a distribuição de água em todos e entre todos os territórios da União». No âmbito do terceiro objetivo, «Estabelecer uma Agência Europeia para a Agricultura e a Economia Rural», os organizadores preconizam a criação de uma «autoridade europeia permanente» na forma de uma «Agência da UE ou de um Comité consultivo de alto nível para monitorizar a proteção da agricultura e da economia rural no processo de tomada de decisões da UE».

Novo guia interativo que identifica todas as oportunidades de financiamento disponíveis a nível da UE para as zonas rurais ("Rural toolkit")

A Comissão Europeia [apresentou](#) um [novo guia interativo](#) (designado de "Rural toolkit") que identifica todas as oportunidades de financiamento disponíveis a nível da UE para as zonas rurais. A [apresentação pode ser revista aqui](#). O conjunto de ferramentas rurais reúne oportunidades de financiamento de 26 fundos da UE diferentes, da política agrícola comum aos fundos de coesão, ao Horizonte Europa e ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Este **portal abrange todas as iniciativas de financiamento e apoio da UE disponíveis para as zonas rurais** da UE. Os utilizadores podem ser autoridades locais, instituições, empresas, associações e indivíduos.

A nova ferramenta oferece traduções automáticas em todas as línguas da UE. Uma ferramenta [interativa de pesquisa de financiamento](#) permite aos utilizadores filtrar os sistemas existentes com base em vários critérios: o seu papel ou organização; a atividade que pretendem realizar (por exemplo, melhoria das infraestruturas, resposta aos desafios societários, reforço da economia local, reforço da resiliência às alterações climáticas e sustentabilidade); o tipo de apoio que procuram - subvenções, instrumentos financeiros (como empréstimos e garantias) ou serviços de assistência técnica, formação, programas de mentoria, redes de apoio, etc.

Depois de limitar a escolha às opções mais relevantes, as principais informações sobre os programas e iniciativas em curso estão facilmente disponíveis em fichas informativas que podem ser impressas. Explicam de que forma cada opção é relevante para as zonas rurais e incluem pormenores práticos, ligações para chamadas e pontos de contacto pertinentes.

Comissão aprova um regime de auxílios estatais romeno de 241 milhões de euros para apoiar os produtores agrícolas no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime romeno de cerca de 241 milhões de euros (1,2 mil milhões de RON) para apoiar o setor da produção agrícola de plantas primárias no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo [do Quadro Temporário relativo aos Auxílios Estatais à Crise e à Transição](#), adotado pela Comissão a 9 de março de 2023 e alterado a 20 de novembro de 2023, para apoiar medidas em setores essenciais para acelerar a transição ecológica e reduzir a dependência dos combustíveis.

Ao abrigo do regime, o auxílio consistirá em montantes limitados de auxílio sob a forma de subvenções diretas. A medida estará aberta aos produtores agrícolas de alguns produtos vegetais, especialmente os produtores de cereais de inverno e de colza, que estão em risco de perder liquidez financeira devido às dificuldades no mercado agrícola provocadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Em especial, ao abrigo do regime romeno, o auxílio (i) não excederá 280 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedido o mais tardar até 30 de junho de 2024. A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcionado para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e com as condições estabelecidas no Quadro Temporário relativo à Crise e à Transição.



Ambiente

Comissão apresenta recomendação para a meta de redução das emissões para 2040, a fim de definir a via para a neutralidade climática em 2050

A Comissão Europeia [publicou](#) uma [avaliação de impacto](#) pormenorizada sobre possíveis vias para alcançar o objetivo acordado de alcançar a neutralidade climática da União Europeia até 2050. Com base nesta avaliação de impacto, a Comissão **recomenda uma redução de 90 % das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040**, em comparação com os níveis de 1990, lançando um debate com todas as partes interessadas; a **próxima Comissão apresentará uma proposta legislativa, após as eleições europeias, que será acordada com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros**, tal como exigido pela [Lei Europeia em matéria de Clima](#). A presente recomendação está em consonância com o parecer do Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas (ESABCC) e com os compromissos assumidos pela UE no âmbito do Acordo de Paris.

A comunicação estabelece igualmente **uma série de condições políticas favoráveis que são necessárias para alcançar o objetivo de 90 %**. Incluem a plena aplicação do quadro acordado para 2030, assegurando a competitividade da indústria europeia, uma maior ênfase numa transição justa que não deixe ninguém para trás, condições de concorrência equitativas com os parceiros internacionais e um diálogo estratégico sobre o quadro pós-2030, nomeadamente com a indústria e o setor agrícola. Os resultados da COP28 no Dubai mostram que o resto do mundo está a avançar na mesma direção. A UE tem liderado a ação climática internacional e deve manter-se, criando oportunidades para que a indústria europeia prospere em novos mercados mundiais de tecnologias limpas.

Natureza: Comissão decide instaurar uma nova ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por incumprimento do acórdão anterior sobre a conservação dos sítios Natura 2000

A Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar uma nova ação no Tribunal de Justiça da União Europeia contra Portugal por incumprimento do acórdão do Tribunal de Justiça de 5 de setembro de 2019 no processo [C-290/18](#). No seu acórdão de 5 de setembro de 2019, o Tribunal de Justiça decidiu que Portugal não tinha designado 61 sítios de importância comunitária (SIC) como zonas especiais de conservação (ZEC), conforme exigido pela Diretiva Habitats ([Diretiva 92/43/CEE](#)). O Tribunal de Justiça declarou igualmente que Portugal não adotou as medidas de conservação necessárias para esses sítios.

Na sequência do acórdão do Tribunal, Portugal designou formalmente os 61 sítios em causa como ZEC mediante a adoção de um decreto específico. No entanto, esta designação não é suficiente para dar cumprimento ao acórdão, uma vez que Portugal também necessita de adotar objetivos e medidas de conservação para dar cumprimento ao acórdão. Por conseguinte, a Comissão decidiu remeter novamente a questão para o Tribunal de Justiça da União Europeia. Trata-se de uma segunda ação instaurada no Tribunal que poderá resultar na aplicação de sanções pecuniárias pelo tempo decorrido após a data do primeiro acórdão até se verificar a conformidade.

Resíduos urbanos: redução de 19 kg por pessoa em 2022

Em 2022, a quantidade de resíduos urbanos gerados por pessoa na UE [ascendeu](#) a 513 kg, menos 19 kg ou 4% por pessoa do que em 2021 (532 kg) e mais 46 kg do que em 1995 (467 kg). A produção de resíduos urbanos variou consideravelmente entre os países da UE. Em 2022, os cidadãos austríacos (827 kg por pessoa), dinamarqueses (787 kg) e luxemburgueses (720 kg) produziram a maior quantidade de resíduos urbanos. A menor quantidade foi gerada na Roménia (301 kg), na Polónia (364 kg) e na Estónia (373 kg).

As variações entre países refletem diferenças nos padrões de consumo, na riqueza económica e na recolha e gestão dos resíduos urbanos. Os países diferem no que respeita à quantidade de resíduos provenientes do comércio, das trocas comerciais e da

administração que são recolhidos e geridos juntamente com os resíduos domésticos. Em termos de reciclagem, a UE registou uma média de 249 kg por pessoa, abaixo da média de 2021 de 264 kg por pessoa. A Áustria (516 kg), a Dinamarca (411 kg) e a Alemanha (409 kg) registaram a maior quantidade de resíduos reciclados por pessoa. Por outro lado, a Roménia (36 kg), Malta (75 kg) e a Grécia (90 kg) apresentaram a quantidade mais baixa.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa: acordo provisório para impulsionar os investimentos em tecnologias críticas

A Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP). A plataforma mobilizará investimentos nos domínios da tecnologia digital, da tecnologia limpa e da biotecnologia, com o objetivo geral de reforçar a soberania e a competitividade a longo prazo da UE em tecnologias críticas. Através de uma combinação de incentivos financeiros e de medidas destinadas a facilitar o financiamento de projetos, a plataforma mobilizará fundos para apoiar as tecnologias críticas ao abrigo dos programas e fundos da UE existentes, incluindo os fundos da política de coesão, o *InvestEU*, o Horizonte Europa, o Fundo Europeu de Defesa, o Fundo de Inovação e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A fim de reforçar a capacidade de investimento no sector da defesa, será atribuído um montante adicional de 1,5 mil milhões de euros ao Fundo Europeu de Defesa.

Um elemento importante do STEP são os incentivos financeiros para canalizar os fundos da política de coesão para investimentos em tecnologias críticas. Tal ajudará todos os Estados-Membros a desenvolverem as suas capacidades e contribuirá para a criação de condições equitativas para os investimentos em tecnologias críticas no mercado único. Para o efeito, será aplicada uma taxa de cofinanciamento de 100 % e uma taxa de pré-financiamento de 30 % às prioridades STEP no âmbito do período de programação 2021-2027. Também serão possíveis investimentos em grandes empresas. Tendo em conta a contínua pressão orçamental nos Estados-Membros, será também aplicada retroativamente uma taxa de cofinanciamento de 100 % aos programas de coesão de 2014-2020 no último exercício contabilístico, enquanto o prazo para a apresentação dos pedidos de pagamento será prorrogado por 12 meses.



Defesa e Segurança

Cooperação policial: Parlamento adota lei para troca de dados mais eficiente

O plenário [validou](#) novas regras para tornar mais rápida e simples a troca de dados entre as autoridades que lutam contra a criminalidade na UE e em conformidade com os direitos fundamentais. O Parlamento Europeu aprovou, esta quinta-feira, por 451 votos a favor, 94 contra e 10 abstenções, o acordo que resultou das negociações com o Conselho sobre a atualização do regime para o intercâmbio de dados, como impressões digitais, registos de ADN, imagens faciais e registos policiais, entre os Estados-Membros da UE («regime de Prüm II»). O acordo abrange igualmente os intercâmbios entre a Europol e os Estados-Membros.

A nova legislação alarga o âmbito das pesquisas de dados (que atualmente inclui perfis de ADN, impressões digitais e registos de veículos) entre polícia, alfândegas e outras autoridades competentes. Passam a ser abrangidas as imagens faciais e índices de registos policiais de suspeitos e de pessoas condenadas, se os Estados-Membros optarem por partilhar esses registos.

Quando for encontrada uma correspondência positiva, os dados principais, incluindo nomes, datas de nascimento e números de processos penais, podem ser trocados. Os dados biométricos serão trocados através de um encaminhador que liga os sistemas nacionais, substituindo numerosas ligações bilaterais. Este encaminhado permitirá à Europol consultar as bases de dados das autoridades nacionais para, no decorrer das investigações, estabelecer ligações transfronteiriças.



Desporto

Produção de esquis e pranchas de *snowboard* na UE aumenta 37% em 2022

Em 2022, os países da UE [produziram](#) 4,8 milhões de pares de esquis e pranchas de *snowboard*, um aumento de 37% em comparação com 2021. Quase metade destes artigos (2,2 milhões; 45%) foram produzidos na Áustria. As atividades de esqui foram gravemente afetadas pela pandemia, mas graças a este recente aumento, a produção de 2022 ultrapassou o nível anterior à Covid.

No que respeita ao comércio, foram exportados cerca de 2,6 milhões de pares de esquis e pranchas de *snowboard* para países terceiros, um aumento de 13 % em relação a 2021 (2,3 milhões). Em termos de importações, foram importados 1,8 milhões de esquis e pranchas de *snowboard*, mais do dobro do valor do ano anterior (0,8 milhões). Em todos os Estados-Membros da UE, a Áustria foi o maior exportador e importador, com 1,2 milhões de pares de esquis e pranchas de *snowboard* exportados e 0,7 milhões de artigos importados. O segundo e o terceiro maiores exportadores foram a França (0,4 milhões) e a Itália (0,3 milhões). O segundo e o terceiro maiores importadores foram a Alemanha e a França (ambos com 0,3 milhões).

No que respeita às exportações para países terceiros, cerca de dois quintos dos pares de esquis e pranchas de *snowboard* da UE destinaram-se aos Estados Unidos (1,1 milhões, ou 42% do total das exportações extracomunitárias de esquis e pranchas de

snowboard), seguidos do Canadá (0,4 milhões, 16%) e da China (0,3 milhões, 13%). As importações provenientes de países terceiros provinham principalmente da China (0,6 milhões; 34%), da Ucrânia (0,6 milhões; 31%) e do Japão (0,2 milhões; 13%).



Diplomacia e solidariedade externa da UE

Mecanismo de apoio à Ucrânia: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre novo mecanismo de apoio à Ucrânia

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a criação de um novo instrumento único destinado a apoiar a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia, apoiando simultaneamente os seus esforços para efetuar reformas no âmbito da sua via de adesão à UE. O Mecanismo de Apoio à Ucrânia terá um orçamento total de 50 mil milhões de euros. O Mecanismo para a Ucrânia reunirá o apoio orçamental da UE à Ucrânia num único instrumento, proporcionando à Ucrânia um apoio coerente, previsível e flexível para o período de 2024-2027, adaptado aos desafios sem precedentes do apoio a um país em guerra.

O orçamento total de 50 mil milhões de euros para o Mecanismo em favor da Ucrânia será repartido entre 33 mil milhões de euros de empréstimos e 17 mil milhões de euros de subvenções. As subvenções serão mobilizadas através de um novo instrumento especial, proposto no contexto da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Os empréstimos serão garantidos através da margem de manobra dos recursos próprios, à semelhança do atual financiamento ao abrigo da assistência macrofinanceira "Plus" (AMF+).

A Ucrânia pode solicitar, no âmbito do Plano Ucrânia, um pagamento de pré-financiamento de um montante até 7% do Mecanismo. Uma parte significativa da componente de investimento do Plano da Ucrânia e do Quadro de Investimento da Ucrânia será afetada a investimentos ecológicos e uma parte do Quadro de Investimento da Ucrânia será reservada às PME. O Plano será igualmente orientado para o apoio às autoridades nacionais. O texto prevê a possibilidade de um financiamento intercalar, a fim de garantir que os fundos cheguem à Ucrânia o mais rapidamente possível.



Economia e Mercado

Notações ambientais, sociais e de governação (ESG): Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre uma proposta de regulamento relativo às atividades de notação ambiental, social e de governação (ESG), que visa aumentar a confiança dos investidores em produtos sustentáveis. As notações ESG dão um parecer sobre o perfil de sustentabilidade de uma empresa ou de um instrumento financeiro, avaliando a sua exposição a riscos de sustentabilidade e o seu impacto na sociedade e no ambiente. As notações ESG têm um impacto cada vez mais importante no funcionamento dos mercados de capitais e na confiança dos investidores em produtos sustentáveis.

União dos Mercados de Capitais: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre a melhoria dos serviços de compensação da UE

O Conselho e o Parlamento [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre uma revisão do regulamento e da diretiva relativos à infraestrutura do mercado europeu. A revisão visa tornar o panorama de compensação da UE mais atrativo e resiliente, apoiar a autonomia estratégica aberta da UE e preservar a estabilidade financeira da UE.

O Regulamento relativo à Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR) estabelece regras em matéria de derivados do mercado de balcão (OTC), contrapartes centrais (CCP) e repositórios de transações. A proposta de revisão do EMIR contém várias medidas legislativas destinadas a melhorar os serviços de compensação da UE, nomeadamente **simplificando e encurtando os procedimentos, melhorando a coerência** entre as regras, **reforçando a supervisão das CCP** e exigindo que os participantes no mercado com uma importância sistémica substancial, sujeitos a uma **obrigação de compensação**, tenham uma conta operacionalmente ativa numa CCP da UE.

Comissão adota Comunicação relativa à definição de mercado em processos de concorrência

A Comissão Europeia [adotou](#) uma Comunicação [revista relativa à definição de mercado](#). A definição de mercado requer a identificação dos limites da concorrência entre empresas na avaliação de fusões e da maioria dos processos anti-*trust*. A Comunicação revista harmoniza as orientações da Comissão com as novas realidades do mercado, assim como com a evolução das práticas da Comissão nestes processos e com a jurisprudência da UE. Reforçará a transparência e a certeza jurídica em benefício das empresas, facilitará a conformidade e contribuirá para um controlo mais eficaz da aplicação da concorrência.

A Comunicação constitui a primeira revisão da Comunicação relativa à definição de mercado desde a sua adoção em 1997. Reflete a evolução significativa dos últimos anos, nomeadamente a crescente digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, assim como a natureza interligada das trocas comerciais. As orientações revistas são o resultado de um exaustivo e inclusivo processo de revisão, lançado em [abril de 2020](#), que envolveu a recolha dos pontos de vista das partes interessadas tanto na [fase de avaliação](#) como no contexto da [consulta pública](#) efetuada sobre o projeto de texto. Refletem as orientações estratégicas da comunicação da Comissão intitulada «[Uma política de concorrência adaptada aos novos desafios](#)», de novembro de 2021. A revisão da Comunicação é central para a ambição da Comissão de assegurar a transparência e a previsibilidade do controlo da aplicação do seu direito da concorrência, incluindo através de orientações, em todos os setores e dentro de cada setor, incluindo os setores estratégicos.



Acordo provisório sobre as primeiras regras à escala da UE para as pessoas que trabalham através de uma plataforma digital

Os negociadores do PE e do Conselho [chegaram](#) a um acordo provisório sobre um projeto legislativo que melhora as condições de trabalho das pessoas que trabalham através de uma plataforma digital. O objetivo da diretiva relativa ao trabalho em plataformas é garantir a classificação correta do estatuto profissional das pessoas que trabalham através de uma plataforma de trabalho digital e verificar a existência de trabalho independente fictício. O texto adotado introduz também as primeiras regras europeias sobre a gestão por algoritmos e a utilização da inteligência artificial no local de trabalho.



Comissão aprova regime de auxílios estatais polaco de 300 milhões de euros para atenuar os custos sociais do encerramento de centrais elétricas a carvão e a lenhite e de minas de lenhite

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime polaco de 300 milhões de euros destinado a apoiar os trabalhadores afetados pelo encerramento de centrais elétricas a carvão e a lenhite e de minas de lenhite. A Polónia notificou à Comissão o seu plano de introduzir um regime de 300 milhões de euros para prestar apoio financeiro aos trabalhadores que perderão os seus empregos devido ao encerramento de centrais elétricas a carvão e a lenhite e de minas de lenhite.

Ao abrigo da medida, o apoio assumirá a forma de uma indemnização por despedimento de um ano, que os trabalhadores podem escolher em vez das indemnizações por despedimento previstas nos acordos coletivos de trabalho aplicáveis. A Polónia notificou igualmente, por razões de segurança jurídica, uma licença remunerada até quatro anos para os trabalhadores que se aproximam da idade da reforma até à sua aposentação. O regime vigorará por um período de 10 anos, até fevereiro de 2034. A Polónia pode solicitar uma prorrogação após esse período.



Comissão dá novo impulso à luta contra o abuso sexual de crianças graças à atualização de disposições do direito penal

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta que visa atualizar as disposições de direito penal em matéria de abuso e exploração sexual de crianças. O abuso sexual de crianças é um crime hediondo que tem vindo a evoluir significativamente ao longo dos últimos anos. As disposições revistas alargam as definições das infrações e introduzem sanções mais severas e requisitos mais específicos para a prevenção destes crimes e a assistência às vítimas. As disposições complementam a [proposta de regulamento](#) apresentada pela Comissão em 2022, que impõe, às empresas da Internet, a obrigação de detetarem, denunciarem e removerem conteúdos relacionados com o abuso sexual de crianças veiculados pelos seus serviços.

A ameaça de abusos sexuais contra crianças é real e tem vindo a aumentar em toda a UE. Continuam, por exemplo, a aparecer em linha manuais destinados às pessoas que procuram abusar sexualmente de crianças, o que representa uma ameaça crescente para os mais vulneráveis. Tanto o aumento da presença das crianças em linha como as evoluções tecnológicas criaram novas possibilidades de abuso. Em 2022 foram assinalados, na UE, 1,5 milhões casos de abuso sexual de crianças.

As atuais regras da UE neste domínio foram acordadas em 2011 e devem ser atualizadas de modo a que seja possível dar resposta aos desenvolvimentos mais recentes e reforçar a prevenção e a proteção das vítimas.

Incumprimento da legislação europeia: Comissão adota pacote de infrações com vários casos relativos a Portugal

A Comissão Europeia adotou um conjunto de decisões sobre um conjunto de processos de infração em curso relativos a vários Estados-Membros pelo não cumprimento da legislação comunitária. Estas incluem uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por incumprimento de um acórdão anterior sobre a conservação de sítios **Natura 2000** (processo [C-290/18](#)). Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

Além disso, há diferentes casos relativos a Portugal nas seguintes áreas Ambiental (revisão de planos hídricos e gestão de resíduos), Migração, Assuntos Internos e Segurança (conteúdos terroristas online), Justiça (garantias processuais para os menores em processos penais), Emprego e direitos sociais (condições e tempo de trabalho) e transportes. Mais informação disponível [aqui](#).

Venezuela: Parlamento condena ataques a candidata da oposição às presidenciais

Os eurodeputados [condenam](#) veementemente os ataques contra a oposição na Venezuela e a interferência do regime de Nicolás Maduro no processo eleitoral. A decisão do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela de inibir os direitos políticos de María Corina Machado não tem fundamento jurídico, pelo que a vencedora das primárias da oposição continua a ser elegível para se candidatar às eleições, refere o Parlamento Europeu, na resolução aprovada, quinta-feira, por 446 votos a favor, 21 contra e 32 abstenções. No

texto, os eurodeputados também condenam veementemente as tentativas de impedir que outros políticos da oposição, como Henrique Capriles, exerçam cargos públicos.

Os eurodeputados condenam os ataques, os alegados desaparecimentos forçados, as detenções e os mandados de detenção contra representantes da oposição, da sociedade, defensores dos direitos humanos e jornalistas, bem como a interferência do regime de Nicolás Maduro no processo eleitoral. De acordo com o texto, a perseguição aos candidatos da oposição pelo regime de Maduro constitui uma grave violação do acordo, assinado no ano passado em Barbados por representantes do governo venezuelano e da oposição, para realizar eleições presidenciais livres e justas em 2024.

Parlamento condena esforços contínuos da Rússia para minar a democracia europeia

Os eurodeputados [alertam](#) para os políticos eleitos e os partidos europeus que servem conscientemente os interesses de Moscovo, pondo em causa a unidade e a democracia da UE. Numa resolução aprovada esta quinta-feira, com 433 votos a favor, 56 contra e 18 abstenções, o Parlamento Europeu manifesta a sua total indignação e profunda preocupação com os esforços contínuos da Rússia para minar a democracia europeia através de várias formas de interferência e desinformação.

Com o Kremlin a tentar semear divisões entre cidadãos europeus, o texto refere que Moscovo está a recrutar alguns eurodeputados como agentes de influência e que criou uma relação de dependência com certos partidos políticos europeus, incluindo através de financiamento, que depois atuam como amplificadores da propaganda russa e servem os interesses da Rússia.

Manifestando profunda preocupação com o facto de alegadamente a eurodeputada letã Tatjana Ždanoka ter atuado como informadora do Serviço Federal de Segurança russo (FSB), os eurodeputados referem ser imperativo que tanto o Parlamento Europeu como as autoridades letãs investiguem exaustivamente o assunto, determinem eventuais sanções e processos penais adequados. A resolução também menciona outros casos de deputados ao Parlamento Europeu que servem conscientemente os interesses da Rússia, nomeadamente através de falsas missões de observação eleitoral nos territórios ocupados russos.



Juventude

Estágios na UE estão a aumentar, mas TCE diz que ainda têm problemas de qualidade

Os estágios ganharam importância, pois há cada vez mais jovens na União Europeia que fazem um antes de encontrarem um emprego. Num [documento de análise](#), o Tribunal de Contas Europeu (TCE) aponta vários desafios: há definições de estágio muito variadas; há poucos dados fiáveis, o que impede a criação de políticas com base em dados concretos; os Estados-Membros não aplicam todos da mesma forma a Recomendação do Conselho de 2014 sobre estágios de qualidade; e pode haver desigualdade de oportunidades e de acesso aos estágios pelos jovens de diferentes origens sociais.

De acordo com os inquéritos de opinião do Eurobarómetro, a percentagem de jovens que fizeram um estágio aumentou muito na última década. No entanto, para os estágios serem úteis, é preciso garantir que têm qualidade e que os estagiários não substituem os trabalhadores habituais. Em 2014, o Conselho da UE recomendou aos Estados-Membros que aplicassem um conjunto de normas mínimas para os estágios terem qualidade, nomeadamente a existência de objetivos de aprendizagem, um contrato escrito, condições de trabalho justas e uma duração razoável. Estas normas estão a ser alteradas para refletir a situação atual.

Concurso para jovens tradutores da UE revela os 27 vencedores deste ano

A Comissão Europeia [anunciou](#) os [27 jovens vencedores](#) do **17.º concurso de tradução para jovens (Jvenes Translatores)**, destinado a alunos do ensino secundário. O tema do concurso deste ano era «**a coragem de fazer a diferença**». Mais de 3 mil participantes entusiásticos puseram à prova as suas competências linguísticas, optando por traduzir um texto entre quaisquer duas das 24 línguas oficiais da UE. Embora o inglês tenha um papel de destaque, das 552 combinações linguísticas possíveis, alunos de 701 escolas utilizaram 155 combinações, incluindo de romeno para sueco e de checo para dinamarquês.

Os alunos que participaram no concurso tiveram a oportunidade de descobrir o fascinante mundo da tradução. Nas palavras de um aluno de uma escola na Áustria: «O Jvenes Translatores não foi só um concurso para mim, foi uma oportunidade para conhecer a tradução. Foi uma experiência, uma realização que me permitiu reconhecer como as línguas podem ser diferentes, mas que no fundo nos unem a todos.» Os tradutores da Comissão Europeia selecionaram **um vencedor por cada país da UE**, bem como 247 alunos que receberam [menções honrosas](#) pelas suas traduções excecionais. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar em Bruxelas, em 21 de março de 2024.



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Registada a iniciativa de cidadania europeia intitulada «Proibição das práticas de conversão na União Europeia»

A Comissão Europeia [registou](#) a iniciativa de cidadania europeia intitulada «Proibição das práticas de conversão na União Europeia». O objetivo da iniciativa, expresso pelos organizadores, consiste em solicitar à Comissão que «proponha um ato legislativo vinculativo que proíba as práticas de conversão dirigidas aos cidadãos LGBTQ+ na União Europeia.» A iniciativa define as referidas práticas como

«intervenções destinadas a alterar, reprimir ou suprimir a orientação sexual, a identidade de género e/ou a expressão de género das pessoas LGBTQ+».

Os organizadores consideram que a Comissão deve: «propor uma diretiva que adite as práticas de conversão à lista de “crimes da UE” e/ou alterar a diretiva em vigor relativa à igualdade (2008), a fim de incluir a proibição destas práticas»; «aplicar uma resolução não vinculativa que preconize uma proibição generalizada das práticas de conversão» na União; alterar a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de estabelecer essas normas para as «vítimas de práticas de conversão». Os organizadores afirmam igualmente que todos os Estados-Membros «devem introduzir uma proibição das práticas de conversão ou rever as práticas atuais».

Comissão apela à erradicação da mutilação genital feminina em todo o mundo

A Comissão Europeia e o alto representante/vice-presidente [reafirmam](#) o forte empenho da UE em erradicar a mutilação genital feminina em todo o mundo. A mutilação genital feminina constitui uma violação dos direitos humanos e uma forma de violência contra as raparigas e as mulheres.

A mutilação genital feminina, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde, compreende todos os procedimentos que envolvem a remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos femininos ou outros danos aos órgãos genitais femininos por razões não médicas. É uma forma de violência contra as mulheres e as raparigas que tem graves consequências físicas e psicológicas ao longo da vida. Estima-se que 190 mil raparigas de 17 países europeus correm o risco de ser mutiladas, enquanto [600 mil mulheres na Europa têm de viver com as consequências da mutilação genital feminina](#). Todos os anos, chegam à Europa enquanto requerentes de asilo pelo menos 20 mil mulheres e raparigas oriundas de países onde correm o risco de mutilação genital feminina.

A Comissão Europeia está firmemente empenhada em acabar com todas as formas de violência baseada no género, incluindo a mutilação genital feminina, tanto dentro como fora da UE, como descrito no [Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia 2020-2024](#), na [Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025](#), no [Plano de Ação III da UE em matéria de igualdade de género](#) e na [Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança](#), que visa acabar com a violência contra as crianças. Em consonância com estas políticas e com o nosso compromisso de acabar com a mutilação genital feminina na Europa e no resto do mundo, oferecemos apoio e cooperação às sobreviventes, às famílias e comunidades afetadas, aos peritos e aos decisores políticos.

Violência contra as mulheres: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo

A Presidência belga e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo sobre a primeira legislação da UE sobre a violência contra as mulheres e a violência doméstica. A nova legislação estabelece regras mínimas relativas à definição de infrações penais e sanções específicas para combater esta forma de violência. Estabelece também os direitos das vítimas de todas as formas de violência contra as mulheres ou de violência doméstica e prevê a sua proteção.

Estratégia para a igualdade LGBTQ+: Parlamento pede mais ação a nível da UE

O Parlamento [aprovou](#) o relatório que faz o balanço da aplicação da Estratégia da UE para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTQ+ 2020-2025, expondo preocupações e potenciais melhorias. No texto, adotado esta quinta-feira com 392 votos a favor, 119 votos contra e 92 abstenções, os eurodeputados lamentam a disparidade entre os Estados-Membros em termos de abertura à estratégia de igualdade da UE. O Parlamento manifesta a sua preocupação com o aumento do discurso de ódio, dos crimes de ódio e da violência contra as pessoas LGBTQ+, frequentemente motivado por forças políticas de extrema-direita, resultando na perseguição das pessoas LGBTQ+ e na designação nociva da promoção dos direitos LGBTQ+ como uma «ideologia».

Os eurodeputados apelam ao Conselho para que avance com a legislação contra a discriminação, que está bloqueada desde 2008. O Parlamento apresentou uma série de propostas específicas, que vão desde uma abordagem inclusiva à conceção de políticas até à proibição da mutilação genital e das práticas de conversão, passando pela definição de posições específicas da UE no sentido da igualdade das pessoas LGBTQ+, pela aplicação de instrumentos de execução ao abrigo do direito da UE em caso de incumprimento de decisões judiciais e de violações dos direitos fundamentais.

Conselho e Parlamento abrem caminho a um cartão europeu de deficiência e a um cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência

A Presidência do Conselho [chegou](#) a acordo com os negociadores do Parlamento Europeu sobre a diretiva que cria o Cartão Europeu de Pessoas com Deficiência e o Cartão Europeu de Estacionamento para Pessoas com Deficiência. As autoridades nacionais serão responsáveis pela emissão em suporte de papel e digital de cartões europeus de pessoas com deficiência, num formato acessível. Os cartões serão reconhecidos em toda a UE como prova de deficiência ou do direito a serviços específicos com base numa deficiência.

Países da UE aprovam Pacto em matéria de Migração e Asilo

Os representantes dos Estados-Membros da UE [aprovaram](#) o acordo provisório alcançado entre a Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu A 20 de dezembro de 2023, que constitui um pacto de cinco atos legislativos fundamentais que irão reformar o sistema de asilo e migração da UE. Os cinco atos legislativos da UE do pacto dizem respeito a todas as fases da gestão do asilo e da migração.

A atualização do regulamento Eurodac (a base de dados de impressões digitais da UE) permitirá combater melhor os movimentos irregulares e controlar os percursos dos requerentes de asilo e das pessoas em situação irregular em toda a UE. O objetivo do

regulamento relativo ao rastreio é reforçar os controlos das pessoas nas fronteiras externas. Garante também a rápida identificação do procedimento correto - como o regresso ao país de origem ou o início de um processo de asilo - quando uma pessoa entra na UE sem preencher as condições de entrada corretas. O Regulamento relativo ao procedimento de asilo (RPA) estabelece um procedimento comum que os Estados-Membros devem seguir quando as pessoas procuram proteção internacional. Simplifica as disposições processuais e estabelece normas para os direitos dos requerentes de asilo. Introduce um procedimento obrigatório nas fronteiras, com o objetivo de avaliar rapidamente, nas fronteiras externas da UE, se os pedidos de asilo são infundados ou inadmissíveis.



Indústria

Comissão define a forma de capturar, armazenar e utilizar de forma sustentável o carbono para alcançar a neutralidade climática até 2050

A União Europeia [está](#) empenhada em alcançar emissões líquidas nulas de CO₂ até 2050. Embora a maior parte deste esforço provenha da redução dos atuais níveis de emissões nos próximos anos, necessitaremos também de tecnologias que permitam capturar o CO₂ ou eliminá-lo diretamente da atmosfera e, em seguida, armazená-lo ou utilizá-lo. Estas tecnologias centrar-se-ão em setores em que a redução das emissões é particularmente difícil ou dispendiosa, como, por exemplo, as emissões de processo no cimento ou na produção de energia a partir de resíduos. Por conseguinte, a Comissão adotou uma [comunicação sobre a gestão industrial](#) do carbono, que fornece pormenores sobre a forma como estas tecnologias podem contribuir para reduzir as emissões em 90 % até 2040 e alcançar a neutralidade climática até 2050.

No Regulamento [Indústria de Impacto Zero](#), a Comissão propôs que a UE desenvolva, pelo menos, 50 milhões de toneladas de capacidade de armazenamento de CO₂ por ano até 2030. Com base na [avaliação de impacto da meta climática recomendada pela UE para 2040](#), este valor terá de aumentar para cerca de 280 milhões de toneladas até 2040. A Comunicação sobre a gestão industrial do carbono define uma abordagem política abrangente para alcançar estes objetivos.

Conselho e Parlamento chegam a acordo para impulsionar a indústria verde da UE

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o regulamento que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu de fabrico de produtos de tecnologia "net-zero", mais conhecido como "Lei da Indústria "net-zero"". O regulamento visa impulsionar a implantação industrial das tecnologias de emissões líquidas nulas necessárias para alcançar os objetivos climáticos da UE, utilizando a força do mercado único para reforçar a liderança da Europa nas tecnologias verdes industriais. Nos termos do acordo, haverá uma lista única de tecnologias de emissões líquidas nulas, com critérios de seleção de projetos estratégicos nas tecnologias que melhor contribuirão para a descarbonização.



Instituições

Apoio à Ucrânia, respostas para os agricultores: eurodeputados analisaram o último Conselho Europeu

Na terça-feira, os eurodeputados [debateram](#) os resultados das últimas cimeiras da UE e, em particular, o Conselho Europeu especial de 1 de fevereiro, com os presidentes Michel e von der Leyen. O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou que a mensagem enviada pela UE é "determinação, unidade e liderança", com as suas últimas decisões sobre a Ucrânia, nomeadamente a abertura de negociações de adesão e a aprovação de um novo pacote de ajuda financeira ao país. A UE "não se deixará intimidar pela Rússia" e apoiará a Ucrânia "durante o tempo que for necessário", acrescentou. Michel reiterou o compromisso da UE de fornecer mais munições ao país e declarou que "cada euro mobilizado para a Ucrânia é um investimento na nossa própria segurança, prosperidade e estabilidade".

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que o acordo sobre um pacote de ajuda de 50 mil milhões de euros para a Ucrânia significa que o país pode planear os próximos quatro anos. "É isto que significa estar ao lado da Ucrânia durante o tempo que for necessário." Na primeira revisão de sempre do orçamento de longo prazo da UE, von der Leyen sublinhou que a UE dispõe agora dos recursos financeiros necessários para enfrentar alguns dos desafios desta década.



Mobilidade

Quota de energias renováveis nos transportes aumentou ligeiramente em 2022

Em 2022, a quota de fontes de energia renováveis nos transportes [atingiu](#) 9,6% a nível da UE, um aumento de 0,5 pontos percentuais (pp) em comparação com 2021 (9,1%), mas ainda 0,7 pp abaixo do nível mais elevado alguma vez atingido em 2020 (10,3%). Isto significa que é necessário um grande esforço para atingir o objetivo de 29% fixado para 2030 pela Diretiva 2023/2413 da UE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. Esta diretiva também oferece aos países a possibilidade de atingir um objetivo diferente: uma redução da intensidade dos gases com efeito de estufa nos transportes de, pelo menos, 14,5 % até 2030.

A Suécia (29,2%) é de longe o país da UE com a maior percentagem de energias renováveis nos transportes e já atingiu o objetivo para 2030. A Finlândia (18,8%) também apresenta uma quota muito elevada, embora ainda precise de aumentar em cerca de 10 pp, caso opte pelo objetivo fixado para 2030 em termos de quota de energias renováveis. Os dois países nórdicos são seguidos pelos Países Baixos, Malta, Bélgica, Dinamarca, Áustria, Itália, Alemanha e Espanha, todos eles com uma quota de cerca de 10%. Por outro lado, as quotas mais baixas foram registadas na Croácia (2,4%), na Letónia (3,1%) e na Grécia (4,1%).

Parlamento Europeu quer acabar com impunidade na condução imprudente

Infrações graves de trânsito, como excesso de velocidade ou condução sob efeito de álcool, devem levar à inibição da condução em toda a UE, de acordo com a proposta votada esta terça-feira. De acordo com as regras atuais, se a um condutor for retirada a carta de condução - na sequência de uma infração às regras de trânsito num país da UE diferente daquele que a emitiu -, na maior parte dos casos, a sanção só é aplicada no país onde a infração foi cometida. Isto significa que nos restantes países da UE, o mesmo condutor não sofre quaisquer restrições.

Para garantir que a suspensão, restrição ou inibição de conduzir de um cidadão não residente é aplicada em todos os países da UE, as novas regras exigem que esta decisão seja transmitida ao país que emitiu a carta de condução. Os eurodeputados [propõem](#) que se acrescente à lista de infrações graves em matéria de trânsito a condução sem carta de condução válida, tal como a condução sob a influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas, o que desencadearia o intercâmbio de informações entre diferentes países da UE. Conduzir 50 km/h mais rápido do que o limite de velocidade é também uma das graves infrações rodoviárias que podem resultar na inibição de conduzir, assim como a condução acima do limite de velocidade em 30 km/h nas áreas residenciais.

O projeto de legislativo sobre o efeito de certas inibições de condução à escala da União Europeia foi adotado por 372 votos a favor, 220 votos contra e 43 abstenções. A primeira leitura está assim encerrada e, uma vez que o Conselho ainda não adotou a sua posição, o Parlamento que resultar das eleições de junho de 2024 prosseguirá os trabalhos sobre esta lei



Proteção civil

Inquérito Eurobarómetro revela forte apoio dos europeus à proteção civil da UE

A Comissão Europeia publicou os resultados do Eurobarómetro especial que mede a opinião pública sobre as ações europeias de proteção civil nos Estados-Membros. Os resultados revelam um forte consenso entre os cidadãos da União Europeia de que as atividades de proteção civil devem ser coordenadas em toda a UE. Uma esmagadora maioria dos inquiridos (94%) nos 27 Estados-Membros da UE considera que, quando ocorre uma catástrofe num país da UE que é demasiado grande para ser resolvida por si só, os outros países da UE devem prestar ajuda. Quase o mesmo número (91%) apoia a ajuda da UE a qualquer país do mundo afetado por uma catástrofe.

Os resultados do inquérito revelam um apoio claro ao papel da UE na gestão de crises, com nove em cada dez inquiridos a afirmarem que é importante que a UE ajude a coordenar a resposta a catástrofes na UE e noutros países. De acordo com o inquérito, também nove em cada dez europeus concordam que a ação coordenada da UE deve ser reforçada para enfrentar mais eficazmente as catástrofes e as crises no futuro. A proporção de cidadãos da UE que querem um papel mais forte aumentou 6 pontos percentuais desde 2020, de 84% para 90%. O comunicado de imprensa completo está disponível [aqui](#).



Saúde

Mercúrio: acordo entre PE e Conselho para eliminar gradualmente a utilização de amálgamas dentárias

A revisão do Regulamento Mercúrio [tem](#) como objetivo estabelecer uma Europa livre de mercúrio para proteger os cidadãos da UE e o ambiente do mercúrio tóxico. Na quinta-feira, os negociadores do Parlamento e do Conselho chegaram a um acordo político provisório sobre a proposta da Comissão para abordar as restantes utilizações de mercúrio em produtos na UE, em conformidade com os compromissos estabelecidos na ambição de poluição zero da UE.

Apesar de existirem alternativas viáveis sem mercúrio, continuam a ser utilizadas anualmente na UE cerca de 40 toneladas de mercúrio em amálgamas dentárias, uma vez que as regras atuais apenas proíbem a utilização de amálgamas dentárias no tratamento de dentes de crianças com menos de 15 anos e de mulheres grávidas e lactantes. Os negociadores concordaram em eliminar gradualmente a utilização de amálgamas dentárias na UE até 1 de janeiro de 2025, exceto se tal for considerado estritamente necessário pelo médico dentista, com base nas necessidades médicas específicas do paciente, devidamente justificadas.

Os países da UE que ainda não ajustaram o seu sistema de reembolso para abranger alternativas podem adiar a eliminação progressiva até 30 de junho de 2026, a fim de evitar repercussões negativas para as pessoas com baixos rendimentos que, de outra forma, seriam desproporcionalmente afetadas do ponto de vista socioeconómico pela eliminação progressiva. A exportação de amálgamas dentárias será igualmente proibida a partir de 1 de janeiro de 2025, enquanto o fabrico e a importação para a UE serão proibidos a partir de 1 de julho de 2026.



Legislação relativa às infraestruturas *Gigabit*: Conselho e Parlamento chegam a acordo para uma implantação mais rápida das redes de alta velocidade na UE

A fim de acelerar a implantação de infraestruturas de rede *gigabit* em toda a Europa, a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre uma proposta para substituir a Diretiva relativa à redução dos custos da banda larga de 2014 pelo ato legislativo relativo às infraestruturas gigabit (GIA). O GIA é um ato legislativo essencial para alcançar os objetivos e metas de conectividade da Europa, tal como estabelecido na bússola digital da UE para esta década, e para implantar as redes de comunicações eletrónicas da próxima geração na UE.

A nova legislação visa reduzir os custos desnecessariamente elevados da implantação de infraestruturas de comunicações eletrónicas, parcialmente causados pelos procedimentos de concessão de licenças antes da implantação ou modernização das redes. Estes procedimentos continuam a ser complexos, por vezes morosos, e diferentes consoante os Estados-Membros. O regulamento visa igualmente acelerar a implantação das redes, proporcionar segurança jurídica e transparência a todos os agentes económicos envolvidos e prever processos de planeamento e implantação mais eficientes para os operadores de redes públicas de comunicações eletrónicas.

UE investe 216 milhões de euros para promover a investigação e a inovação no domínio dos semicondutores

A [Empresa Comum para os Semicondutores](#) (EC Chips) [anunciou](#) o lançamento de 216 milhões de euros em convites à apresentação de propostas para apoiar iniciativas de investigação e inovação nos domínios dos [semicondutores](#), da microeletrónica e da fotónica. Este anúncio segue-se a uma primeira ronda de convites à apresentação de linhas-piloto inovadoras, anunciada em novembro de 2023, que garantiu 1,67 mil milhões de euros de financiamento da UE.

Esta nova ronda de convites continuará a apoiar a indústria europeia de semicondutores, reforçando a colaboração, a competitividade industrial e a transferência de conhecimentos dos laboratórios para as fábricas. Os consórcios podem apresentar propostas sobre temas que aborem uma vasta gama de desafios definidos na Agenda Estratégica de Investigação e Inovação - desde os transístores em pastilhas de silício até à IA incorporada, à conectividade ou à coordenação e controlo de sistemas complexos para melhorar o desempenho e a segurança.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Turismo



União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!